

(Previdência Social - reforma)

REFORMAS

Queda de juro depende da Previdência, diz FHC

Discurso apela para o Congresso para que conclua logo a votação da emenda e das medidas do ajuste

TÂNIA MONTEIRO

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso voltou a condicionar a queda das taxas de juros à conclusão da reforma da Previdência e à aprovação do ajuste fiscal. Para ele, a aprovação das medidas implicará a diminuição do déficit do Tesouro e a conseqüente redução dos juros. Ele apelou ainda ao Congresso para que aprove esta semana, ou no máximo na próxima, a reforma previdenciária e comentou que as votações estão ocorrendo depois de três anos de uma “luta insana” e de difíceis negociações com o Legislativo.

Segundo Fernando Henrique, o atual sistema previdenciário está “sentado em pés de barro” e privilegia parlamentares e o Judiciário. Ele defendeu também a tese de que o novo sistema previdenciário ampare os trabalhadores que ganham até R\$ 1 mil ou R\$ 1,2 mil. A partir desse teto, tanto o setor público quanto o privado teriam suas previdências complementares. Outra proposta da nova Previdência, lembrada por Fernando Henrique, foi a de criação de uma espécie de conta individual de contribuição previdenciária do trabalhador.

Sonegação – Assim, na sua opinião, o empregado poderia fiscalizar as aplicações e controlar se há sonegação ou peculato por parte do empregador. A instituição da conta individual de contribuição previdenciária é um dos pontos da segunda etapa da reforma da Previdência que o governo pretende encaminhar ao Congresso assim que for concluída a votação da emenda constitucional, projeto que vinha sendo conduzido pelo ex-presidente do BNDES André Lara Resende, que deixou o governo na semana passada.

As observações do presidente



No seminário: “Governo não fabrica dinheiro, a não ser quando faz inflação”

foram feitas em discurso na abertura do Seminário Internacional sobre Reforma da Previdência ontem. “Se o governo não tivesse tomado as medidas que tomou e está tomando, em dez anos haveria absoluta inviabilidade macroeconômica do País”, comentou Fernando Henrique. Ele prometeu, contudo, manter na segunda fase da reforma da Previdência benefícios para as camadas mais pobres, que recebem benefícios sem ter contribuído – como deficientes físicos, idosos e trabalhadores do campo.

A reforma da Previdência apenas começou, avisou o presidente, referindo-se à segunda etapa que ainda virá. “O processo é mais longo”, observou, ao comentar a demora da votação da primeira etapa – mais de três anos. Mesmo considerando as negociações com o Congresso difíceis, Fernando Henrique reconheceu que “estes três anos não foram perdidos”. Esse período, comentou, permitiu que

a população compreendesse os problemas que o País está enfrentando, com o crescente déficit da Previdência.

Confusão – Ele atribuiu as dificuldades de aprovação ao desconhecimento desses problemas pela população. Em sua avaliação, “a verdade, nesse processo, não é suficiente para convencer a todos” sobre a necessidade das mudanças. Lembrou que há todo um aspecto

emocional, além dos interesses e das barreiras ideológicas. “O que nos parecia, há muito tempo, escandaloso, a muitos parecia simples defesa de direito”, disse ele, acentuando que “houve confusão entre direito e privilégio”.

Fernando Henrique avisou que os déficits crescentes do Tesouro afetam diretamente as taxas de juros. “É fácil imaginar que, havendo previsão de déficits crescentes, as taxas de juros sobem e, havendo a previsão de que o governo está ajustado, as taxas de juros caem”, explicou,

acrescentando que tudo depende, não exclusivamente, mas em grande parte, da capacidade do País de enfrentar a questão da Previdência.

Desigualdade – Ao falar sobre os privilégios concedidos a determinados “setores mais acomodados da sociedade, que se aposentam mais cedo e com salários mais altos”, o presidente apresentou dados comparando as diferenças brutais entre as aposentadorias pagas pelo setor privado e o público. Informou que a média dos aposentados no setor privado (60%) recebem dois salários mínimos. No setor público, a média é de 13 a 14 salários mínimos. “E para os parlamentares, para não falarmos do Judiciário, é de cerca de 30 salários mínimos.” Para o presidente “obviamente há uma distribuição desigual de vantagens que não tem relação direta com a contribuição”. E, em nome da justiça social e na defesa das populações mais carentes, defendeu a necessidade de mudanças nessas regras.

Fernando Henrique comentou ainda que a aposentadoria no setor público não vai além dos 50 anos de idade e a esperança de vida é muito maior. Ele contestou a regra que permite às mulheres se aposentarem mais cedo do que os homens. “Ocorre que as mulheres são mais longevas que os homens, se aposentam mais cedo e recebem por mais tempo o benefício da aposentadoria ou as pensões de vários tipos”, argumentou.

O presidente informou que as contas do Tesouro são superavitárias. O déficit, avisou, vem das contas da Previdência e chega a R\$ 18 bilhões. O governo arrecada R\$ 2 bilhões e paga R\$ 20 bilhões, ressaltou, lembrando que a diferença é paga por toda a população, especialmente a mais pobre, por meio de cobrança de impostos. “O governo não fabrica dinheiro, a não ser quando faz inflação”, observou, lembrando que a inflação pune o povo, com imposto indireto.

PRESIDENTE
CRITICA
PRIVILÉGIOS DE
PARLAMENTARES

Wilson Pedrosa/AE